

RECENSÕES

CALEIDOSCÓPIO

Nuno Ivo e Oscar Mascarenhas, *A Nuvem de Chumbo*, Publicações D. Quixote, Cadernos de Reportagem, 2003

Ricardo Dias Felner

Na Dom Quixote, foi publicado, no final do ano passado, *A Nuvem de Chumbo*, da autoria de Nuno Ivo e Oscar Mascarenhas. O livro, como se anuncia na capa, trata sobretudo da forma com o chamado processo Casa Pia foi noticiado na imprensa. Mas nele se incluem também uma entrevista a Catalina Pestana e um perfil inéditos, bem como algumas das leis mais polémicas que têm enquadrado a investigação e os crimes em causa.

Apesar do tema ser propício a teses apaixonadas, os jornalistas optaram por procurar fazer um relato frio dos acontecimentos. O facto de nenhum deles ter escrito sobre o processo em qualquer órgão de comunicação social, poderá ter ajudado a manter esse distanciamento. Neste sentido, *A Nuvem de Chumbo* é, fundamentalmente, um registo da evolução do processo nas páginas dos jornais, estando longe de um modelo de análise crítica, ou das reportagens de investigação editadas ao estilo da tradição norte-americana, aclamada pelos homens do Novo Jornalismo dos anos 60, como Norman Mailer ou Tom Wolfe.

Ainda assim, o título representa, em si, uma valorização subjectiva: a ideia de que Portugal se tornou num local sujo, ameaçado por perigos dissolutos (como uma «nuvem de chumbo»); a ideia de que não se vislumbra uma salvação para o país. «De Novembro de 2002 para cá, começou a formar-se uma nuvem feia. Como aquelas que, a princípio, a gente julga que traz notícia de um fogo ao longe, enfarruscada de fumos e fuligens. Depois, vê-se que é espessa como chumbo, avoluma-se, aproxima-se e parece que é a única coisa que se move, porque o ar está parado, ameaça desgraaça», lê-se na

primeira parte do livro, que contextualiza o tema.

Depois deste intróito mais livre e literário, no entanto, os autores optaram pela contenção formal e substancial, com a obra a definir-se, sobretudo, como um detalhado relato cronológico (ainda que fluido e cuidado do ponto de vista da linguagem) daquilo que os jornais foram publicando – com muitas citações do semanário Expresso, da revista Visão e dos diários Correio da Manhã, 24 Horas e Público. Em cerca de 130 páginas, os Nuno Ivo e Oscar Mascarenhas encadeiam as várias peripécias relativas aos «actores» do processo, não se pronunciando criticamente quanto às peças jornalísticas em causa.

O texto volta a respirar, digamos assim, no capítulo em que se traça um perfil – inédito – de Catalina Pestana. Os autores conseguem, desta feita, acrescentar informação sobre o percurso e a personalidade da provedora da Casa Pia de Lisboa, incluindo referências psicológicas. «Catalina, uma mulher de causas difíceis» contrasta mesmo, em certa medida, com o resto da obra, sendo mais intimista e subjectivo. Questiona-se, no entanto, se, num trabalho com folgo livresco e, tratando-se de um perfil (género jornalístico particularmente complexo) não seria exigível que surgissem no texto alguns testemunhos de pessoas que tivessem privado com Catalina – e não se utilizassem apenas as declarações da perfilada e o saber adquirido pelo autor de fontes não identificadas.

A Nuvem de Chumbo conta ainda com uma entrevista de fundo a Catalina Pestana, um capítulo onde se define o termo pedofilia e um outro onde são transcritas as principais leis em causa no processo Casa Pia (como as referentes aos crimes sexuais contra menores, às escutas telefónicas, à prisão preventiva, ao «habeas corpus» e ao segredo de justiça).

Em síntese, dir-se-ia que o livro condensa de forma louvável a história do processo Casa Pia,

RECENSÕES

CALEIDOSCÓPIO

na imprensa. Quem quiser situar os acontecimentos até Outubro de 2003, ou pelo menos os meta-acontecimentos, tem aqui um instrumento útil.

Fica, no entanto, a ideia de que se poderia ter ido mais longe, nomeadamente no que respeita à análise da forma como os jornalistas têm noticiado o caso. Seria curioso, por exemplo, identificar as dezenas de desmentidos de notícias sobre o assunto; ou classificar as fontes privilegiadas de cada um dos títulos, quantificando e qualificando o recurso ao anonimato e a presença na imprensa dos vários intervenientes no processo. Seria curioso, também, verificar as violações do segredo de justiça, em que momentos processuais elas ocorrem, se há comportamentos diferenciados nesta matéria entre a informação televisiva, a rádio e a imprensa. Ou mesmo ouvir os responsáveis editoriais pelos principais órgãos de comunicação social portugueses e compreender até que ponto o proclamado discurso da ética e da deontologia esbarra nas práticas jornalísticas e comerciais.